

Historias desaparecidas: arqueología, memoria y violencia política

Andrés Zarankin, Melisa Salerno

Maria Celeste Perosino

Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2012

Resenha feita por C. M. Guimarães,

FAFICH e MHNJB - UFMG

A coletânea organizada por Zarankin, Salerno e Perosino vem integrar o já expressivo conjunto de obras que propõem desvendar alguns dos aspectos mais aterrorizantes e sombrios das ditaduras militares latino-americanas.

É sobejamente conhecido o fato de que tais regimes adotaram (cada um à sua maneira) estratégias para a eliminação sumária de seus opositores. Os assassinatos, geralmente antecedidos de tortura brutal, foram o meio recorrente ao longo de seus períodos de existência.

Durante sua vigência, e principalmente ao entrar em crise, o ciclo das ditaduras se deparou com outra questão: como eliminar os vestígios dos crimes cometidos, considerando-se sua magnitude? Era necessário destruir as provas.

Os artigos (excetuando um deles, que trata da ditadura franquista na Espanha) trazem reflexões sobre as realidades com as quais se defrontam os pesquisadores de diferentes países (Argentina, Chile, Colômbia, Uruguai e Venezuela) a partir de um duplo objetivo: discutir a materialização da violência através da Arqueologia e propor maneiras pelas quais os arqueólogos possam contribuir para resgatar a memória que se buscou (e ainda se busca) destruir.

Não por acaso, a América Latina é um dos contextos adequados para os estudos em questão. Cenário de violações sistemáticas dos direitos humanos ao longo do tempo, a região se notabiliza por ser, ainda, o palco do mesmo tipo de prática.

O retorno à democracia, em passado recente, vem consolidando em alguns países a possibilidade de esclarecer fatos e identificar locais e pessoas envolvidas na teia da criminalidade praticada sob tutela dos diferentes Estados.

Os trabalhos da coletânea são organizados a partir de quatro eixos temáticos: a antropologia forense; as prisões e locais de detenção e tortura; os espaços de memória; e a iconografia. Embora tratem de temáticas específicas, é evidente a conexão entre os diferentes trabalhos: a violência política e a necessidade de desvendar sua natureza e impactos na dinâmica social.

A primeira secção, relativa à Antropologia Forense, vai da sua transformação em instrumento de elucidação da violência contra os direitos humanos passando pela reconstrução de identidades (de vítimas) desaparecidas; pelas dificuldades que limitam tais processos de pesquisa incluindo as ações sistemáticas dos antigos agentes/órgãos ditatoriais. São abordadas situações das realidades argentina, uruguaia, chilena e colombiana.

A segunda secção aborda os centros de detenção e prisões a partir de sua espacialidade, sua transformação em espaço que permite refletir sobre o passado recente, bem como da memória das vítimas e sua identidade. Aqui está incluído um artigo que visa resgatar aspectos relacionados à Guerra Civil Espanhola e à ditadura franquista, como: estruturas utilizadas na repressão aos opositores e sua utilização como mão-de-obra forçada para a construção da ferrovia Madrid – Burgos.

A terceira secção trata da possibilidade de que os locais de exercício da violência possam ser transformados em espaços onde se resgata e se vivencia a memória das vítimas e de seu trágico sofrimento e desaparecimento.

A quarta secção aborda o registro iconográfico, a partir da Arqueologia, como mais um dos instrumentos para a análise, seja da violência política ou da reprodução de concepções hegemônicas ou de resistência. O grafite se torna mais uma fonte de dados para a compreensão da realidade social.

Finalmente, cabe registrar a possibilidade que os diferentes estudos abrem para a reflexão teórica, particularmente na perspectiva da corrente teórica denominada pós-processualista.

Concluída a leitura, é possível afirmar que a obra inevitavelmente remete a um ponto: a necessidade de que o Brasil avance mais rápido na direção que os estudos apontam.